

Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto



CAPACITAR, DINAMIZAR, TRANSFORMAR!

Plano de Actividades e Orçamento 2019

Marinha Grande, 8 Dezembro 2018

INDÍCE

INTRODUÇÃO	4
DEVERES ESTATUÁRIOS E RECOMENDAÇÕES PARA O FUTURO	4
1. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO ASSOCIATIVA	5
FUNCIONAMENTO INTERNO	5
INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E IMAGEM	5
FILIADAS E RELAÇÃO REGULAR COM A CONFEDERAÇÃO.....	6
FEDERAÇÕES DISTRITAIS DE COLECTIVIDADES (FDCs)	6
ASSOCIAÇÕES CONCELHIAS DE COLECTIVIDADES (ACCS)	6
COLECTIVIDADES ELO	7
REPRESENTAÇÕES ASSOCIATIVAS	7
2. DIA NACIONAL DAS COLECTIVIDADES	7
COMEMORAÇÕES NACIONAIS	7
COMEMORAÇÕES REGIONAIS E LOCAIS	7
COMEMORAÇÕES NO ESTRANGEIRO	7
3. FORMAÇÃO PROTOCOLADA	8
ESTRUTURAS DESCENTRALIZADAS	8
CÂMARAS MUNICIPAIS E JUNTAS DE FREGUESIA	8
FORMAÇÃO DE MONITORES.....	8
4. SUSTENTABILIDADE	9
QUOTA MÍNIMA NACIONAL	9
PROJECTOS E SERVIÇOS	9
CRÉDITOS E DÉBITOS	10
PESSOAL	10
5. SEDE NACIONAL E GABINETES	11
PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA / MUDANÇA DA SEDE.....	11
TIPOLOGIA DAS INSTALAÇÕES	11
GABINETES DESCENTRALIZADOS	11
6. PROJECTOS NACIONAIS	12
CAPACITAÇÃO POISE.....	12
SALVAGUARDA DOS ARQUIVOS ASSOCIATIVOS	13
ANÁLISE ASSOCIATIVA	13
PUBLICAÇÕES	13
REVISÃO DA LEGISLAÇÃO ASSOCIATIVA	14
OBSERVATÓRIO DO MAP	14
DESPORTO PARA TODOS!	14
EEA GRANTS	15
PEJADA.....	15
GERAP	15
ANIMAR AS ZONAS HISTÓRICAS	16
ROTAS DO ASSOCIATIVISMO	16

7. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS / ESTADO.....	16
CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL (CES).....	16
CONSELHO NACIONAL DA ECONOMIA SOCIAL (CNES).....	17
CONSELHO NACIONAL DO DESPORTO (CND).....	17
CONSELHO NACIONAL DA CULTURA (CNC).....	17
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (ANMP).....	17
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FREGUESIAS (ANAFRE).....	18
FÓRUM ÁLCOOL E SAÚDE (FNAS).....	18
8. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS / PARCEIROS SOCIAIS.....	18
CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ECONOMIA SOCIAL (CPES).....	18
CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DO VOLUNTARIADO (CPV).....	18
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DOS JOGOS TRADICIONAIS (FPJT).....	18
CONSELHO PORTUGUÊS PARA A PAZ E COOPERAÇÃO (CPPC).....	19
MOVIMENTO ERRADICAR A POBREZA (MEP).....	19
9. RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	19
EMBAIXADORES ASSOCIATIVOS.....	19
FEDERAÇÃO ESPANHOLA DE AGRUPAMENTOS DE FOLCLORE (FEAF).....	19

Nota: Por respeito aos vários autores do texto, poderão encontrar textos que observam Acordos Ortográficos diferentes.

Introdução

Deveres estatutários e recomendações para o futuro

A apresentação do PAO – Plano de Actividades e Orçamento é uma exigência estatutária e uma oportunidade de reflexão do que pode e deve ser a nossa actividade no curto prazo de um ano. Deve por isso ser considerado como instrumento de orientação e de gestão desse lapso de tempo.

Este PAO aponta, por um lado, darmos continuidade a projectos e processos que vêm de trás e são compromissos assumidos com terceiros a que não podemos faltar. Por outro lado, porque em Março de 2019 se realizarão eleições para o mandato 2019/2022, este PAO não pode ser condicionador da gestão futura pelo que, não é o Plano de Acção para o mandato 2019/2022 mas sim um conjunto de recomendações.

A vida da nossa Confederação mudou muito nos últimos anos. O reconhecimento e representação institucional aumentaram exponencialmente sem contudo, os problemas que sempre sentimos, tivessem solução correspondente.

Os meios financeiros, técnicos e logísticos cresceram com o aumento de projectos nacionais e, conseqüentemente, o número de pessoas profissionalizadas, ou seja trabalhadores contratados com diferentes relações contratuais.

As vantagens de ser filiada são muito mais do que alguma vez foram mas muitas filiadas continuam a não cumprir com a sua obrigação mais básica que é o pagamento da Quota Mínima Nacional.

A estrutura associativa nacional, aqui ou ali, tem um funcionamento irregular, nalguns casos amorfa, noutros casos alheada das posições oficiais ou dos projectos nacionais da Confederação. Este PAO deverá, em conjunto com as estruturas descentralizadas, contribuir para identificar as causas e apontar soluções que ajudem a corrigir o que estiver mal.

O facto de termos hoje três locais com Dirigentes e Técnicos dedicados (Gabinete Norte - Ermesinde; Gabinete Central/Sede - Lisboa; Gabinete Sul - Beja), onde as filiadas e não filiadas podem aceder para ter informação, esclarecimentos, apoios concretos e dinamizar iniciativas locais e regionais, deve ser tido em conta nesta nova fase da nossa vida associativa.

O Orçamento que acompanha este Plano de Actividades, foi elaborado com base no histórico do realizado de 2016, 2017 e dos 10 meses de 2018, procurando assim, aproximar-se o mais possível da realidade. A estrutura de receitas e despesas não sofre grandes alterações relativamente aos anos anteriores. As dificuldades mais visíveis continuam a ser a falta de recebimento de Quotas e os atrasos nos pagamentos por parte do Estado do lado das receitas e os elevados custos com funcionamento e pessoal do lado da despesa. Não havendo problemas de ordem económica ou financeira, há contudo problemas de tesouraria a que devemos estar muito atentos.

Por fim, importa lembrar que a realização de um PAO, seja onde for, não é apenas uma responsabilidade da Direcção mas de todos os membros dos órgãos sociais, estruturas descentralizadas, filiadas e trabalhadores.

1. Organização e Estruturação Associativa

Funcionamento interno

Dando corpo ao previsto nos Estatutos e RGI, desenvolveremos esforços para instalar as Comissões Especializadas e as Assessorias. Serão prioritariamente constituídas a Comissão de Sede; Comissão Económica e Social; Comissão Desportiva.

Serão Convidados Colegas Dirigentes para as áreas da Formação Protocolada; Salvaguarda dos Arquivos Associativos; Análise Associativa; Animar as Zonas Históricas.

Será reavaliado o modelo de funcionamento da Direcção, quer na distribuição e composição territorial, quer na distribuição de áreas associativas, mantendo o respeito pelos cargos e funções estatutariamente previstas.

O Conselho Fiscal desenvolverá acções fiscalizadoras preventivas e será chamado a pronunciar-se trimestralmente sobre a gestão e sustentabilidade.

A Mesa do Congresso promoverá a feitura do Regimento de funcionamento do CN que será submetido a este na reunião extraordinária de Junho 2019.

O Conselho Fiscal e a Mesa do Congresso terão informação detalhada e regular das deliberações da Direcção através das actas desta, e de todos os documentos que solicitarem para esse efeito.

Serão ajustadas as tarefas e funções de todo o pessoal de acordo com a nova estrutura de funcionamento da Direcção.

Informação, Comunicação e Imagem

Será dada especial atenção a esta área associativa de forma a manter e reforçar a ligação entre os elementos dos vários órgãos sociais, como as Estruturas e Colectividades Elo. A informação regular e rigorosa deverá ser feita nos vários sentidos e não apenas da Direcção para os outros dirigentes e órgãos associativos.

Serão mantidos os meios tradicionais em formato online como as Notas Associativas temáticas; o ELO Associativo trimestral; o Facebook; o Instagram; o Blog...

Serão encontradas soluções de manter informadas as Filiadas que tenham a situação regularizada que ainda não tenham acesso à informação digital.

Serão feitas Notas à Comunicação Social relacionadas com as posições públicas que se justifiquem.

Será dada especial atenção à Plataforma MAP para que esta seja mais eficaz e acessível aos dirigentes e comunidade em geral.

Filiadas e relação regular com a Confederação

Serão intensificados os contactos com as filiadas, não apenas na medida da informação regular através de Notas Associativas ou ELO mas também através de Inquéritos Temáticos que alertem e previnam para situações de risco.

Procuraremos ampliar o conhecimento das dificuldades e problemas sentidos de forma de identificar o número exacto de filiadas activas ou com as actividades suspensas.

Será lançada uma Campanha de novas filiadas com metas e vantagens de acordo com o momento do ano, beneficiando aquelas que se filiem no 1º semestre.

Federações Distritais de Colectividades (FDCs)

As Federações Distritais de Colectividades continuam a desempenhar um importante papel na Estrutura Associativa Nacional, sendo indispensável continuar o processo de instalação e de regularização dos casos em falta.

Serão objecto de um plano específico de monitorização e reconhecimento dos seus órgãos sociais para que todos os colegas dirigentes das mesmas possam beneficiar dos apoios disponíveis.

Será feito tudo o que for possível para que as FDCs participem nos projectos nacionais da Confederação e na definição e disseminação das posições associativas da Confederação.

Associações Concelhias de Colectividades (ACCs)

Sendo as Estruturas Descentralizadas mais próximas das Filiadas, deverão continuar a merecer toda a atenção e apoio pelo que será estabelecido um calendário anual de reuniões e acções regulares entre estas e a Direcção da Confederação.

Procuraremos reforçar a ligação às ACCs de forma a mantermos a ligação às filiadas por via destas e assim conhecer melhor os problemas do nosso movimento.

Será feito tudo o que for possível para que as ACCs participem nos projectos nacionais da Confederação e na definição e disseminação das posições associativas da Confederação.

Colectividades ELO

Mantém-se a necessidade de seleccionar e dar posse às Filiadas que aceitem ser Colectividades Elo, cumprindo com os requisitos que estão previstos pelo CN. As Colectividades Elo poderão estar na origem de uma maior ligação da Direcção às filiadas quando não exista estrutura descentralizada e, por essa via, sejam designados os “Delegados” à Confederação, bem como os representantes no projecto FNAS, CPPC, ou Salvaguarda dos Arquivos Associativos.

Representações associativas

As representações associativas junto das filiadas continuam a ser uma importante frente, uma vez que permite entrar em contacto com estas e com outras colectividades e associações de vários tipos, bem como com entidades de outros sectores da sociedade.

As representações associativas, nomeadamente em Sessões Solenes das filiadas deverão ser mais cuidadas e a delegação da representação terá que ser vista caso a caso. As Estruturas Descentralizadas que representam a Confederação deverão ter a noção clara das posições oficiais da Confederação e dos projectos nacionais para veicularem a informação correcta.

2. Dia Nacional das Colectividades

Comemorações nacionais

As comemorações nacionais devem incluir a data de 31 de Maio, mas ser num período mais dilatado de forma a podermos ter uma sessão ou iniciativa de abertura e uma de encerramento. Deverá ser promovida a comemoração do Dia Nacional e explicada a razão de ser também o dia de aniversário da Confederação.

O tema que vier a ser designado como questão central das comemorações deverá ser feito com antecedência suficiente para marcar a agenda associativa.

Comemorações regionais e locais

As comemorações regionais e locais serão da exclusiva responsabilidade das FDCs, ACCs e Colectividades Elo, podendo ainda ser de iniciativa das filiadas. Estas comemorações deverão ser comunicadas à Direcção.

Comemorações no estrangeiro

À semelhança de ocasiões anteriores, serão promovidas iniciativas de comemoração do Dia Nacional e do Aniversário da Confederação nas comunidades de emigrantes no estrangeiro.

3. Formação Protocolada

Estruturas Descentralizadas

Sendo uma das funções das FDCs e ACCs a promoção da Formação dos Dirigentes, quer por iniciativa própria, quer por iniciativa conjunto com as autarquias, considera-se que no ano de 2019 deverá ser feito um programa próprio para formação de Dirigentes das Estruturas Descentralizadas. Estas acções podem ser participadas por outros colegas dirigentes das filiadas.

Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia

Entende-se ser necessário estabilizar/consolidar as relações estabelecidas com as cerca de 20 autarquias através de Protocolos de Formação já existentes, pelo que serão objecto de revisão de conteúdos e valores para que sejam integralmente cumpridos pelas partes.

Pela importância que tem na estrutura financeira da Confederação e interesse das nossas filiadas e não filiadas, estes protocolos serão uniformizados no início do ano 2019.

Formação de Monitores

A Formação de Dirigentes Formadores é essencial para responder ao elevado número de solicitações das autarquias e das estruturas descentralizadas que promovem acções para Dirigentes, Técnicos e até Eleitos e que têm resposta através de sessões de sensibilização, em que a experiência dos Dirigentes nacionais é determinante. Por outro lado, precisamos de reforçar a oferta de Formação Técnica especializada com profissionais que possam capacitar os Dirigentes Associativos em áreas muito específicas. Sobre o processo de Sensibilização e Formação, será feita uma avaliação e serão tomadas medidas de especialização e descentralização da Formação protocolada.

4. Sustentabilidade

Quota Mínima Nacional

A estrutura de receitas da Confederação deixa muito clara a importância das Quotas, sendo um dos três pilares principais. Neste sentido, espera-se e deseja-se que o Congresso de 2019 possa tomar decisões que contribuam para melhorar o seu desempenho.

A Quota Mínima Nacional não é actualizada desde 2010 pelo que se irá propor uma avaliação e decisão nesta matéria.

As medidas que têm sido tomadas ao longo dos últimos anos não têm sido eficazes, quer no que respeita ao recebimento por parte da maioria das estruturas quer no que respeita ao cumprimento por parte das filiadas.

Quanto ao sistema de recebimento, acerto de contas e redistribuição, deverá o mesmo ser objecto de avaliação e de decisão. A actual situação é fortemente penalizadora da estrutura nacional da Confederação tal como está desenhada até aqui.

Devemos esforçar-nos para aumentar em 25% o valor total no próximo ano, tentando ultrapassar o valor de 2015, recordando que é um ano eleitoral e só as filiadas com as quotas em dia têm direito a voto.

Projectos e Serviços

A estrutura de receitas e despesas está muito equilibrada nestas duas áreas. Por um lado, os Projectos só avançam quando estão criadas as condições de sustentabilidade financeira e de recursos humanos.

Quanto aos serviços, estes são prestados em várias áreas mas as receitas destinam-se a cobrir as despesas inerentes aos mesmos de forma directa e sustentada. Regra geral não há excedentes em nenhuma destas áreas.

Créditos e débitos

Na relação entre créditos e débitos, pode afirmar-se que a Confederação não tem um problema económico nem financeiro, estando no fundamental, em equilíbrio.

Contudo, dados os atrasos sucessivos do POISE/Capacitação, existem momentos de falta de disponibilidade de tesouraria o que obriga ao recurso ao crédito bancário através de conta caucionada ou livranças. O POISE não assume as despesas bancárias o que agrava a situação da Confederação.

Deve ser objectivo do próximo ano, regularizar as contas a crédito e a débito de forma a equilibrar económica e financeiramente a Confederação uma vez que esta tem mais créditos que débitos.

Pessoal

Os custos com pessoal (vencimentos e encargos) têm crescido na proporção dos projectos que temos assumido, sendo esta rubrica a mais exigente no que respeita a custos, quer pelos valores envolvidos, quer pelas exigências de disponibilidade de tesouraria que se fazem sentir todos os meses.

Não obstante o rigor de gestão e o sistema de imputações aplicado aos vários projectos, trata-se de uma área muito exigente e sensível que exige muita atenção e determinação na tomada de decisões.

No ano 2019, de acordo com os projectos aprovados e em curso e com os projectos candidatados e que aguardam aprovação, poderá ser necessário rever o quadro de pessoal e/ou os métodos internos de funcionamento. Continuaremos a trabalhar para a Cedência de Interesse Público (Artº 244 da lei 35/2014) junto de uma entidade do Estado Central, Regional ou Local de um Técnico Qualificado.

5. Sede Nacional e Gabinetes

Processo de transferência / mudança da sede

Não havendo grandes avanços por parte da CML, deveremos continuar a manter contactos e bem vivas as nossas necessidades de espaços (600m²) e outras posições transmitidos em reuniões anteriores com o Sr. Presidente e outros técnicos responsáveis da CML. De qualquer forma, a CPCCRD deve estar preparada para que a mudança de instalações ocorra durante o ano 2019. Por essa razão o orçamento contempla uma verba para essa finalidade.

Encontrando-se no horizonte próximo a mudança de instalações, pode a Confederação necessitar de uma ajuda mais intensa que aquela que hoje se sente por parte das suas filiadas. Assim, e para que essa mudança se faça de molde a que possamos servir melhor quem as associações e estruturas, poderão ser lançadas campanhas de solidariedade e apoio financeiro que se mostrem necessárias e convenientes para este fim.

Tipologia das instalações

A tipologia das instalações está definida pela CPCCRD. Devemos ter instalações em vários pisos para que se possam instalar os serviços administrativos e técnicos, gabinetes de trabalho para dirigentes e ainda o Centro Nacional de Documentação e o Museu Nacional do Associativismo Popular. As instalações devem ser integradas para que sejam acessíveis a qualquer piso por pessoas com mobilidade reduzida.

Aponta-se para que na distribuição de espaços, possam ser definidas salas dedicadas a entidades e instituições de relevo que, por essa razão, possam contribuir para a sua qualificação e instalação. A equipa de Arquitectos que têm estado a colaborar com a Direcção dará continuidade ao trabalho.

Gabinetes descentralizados

Quanto aos Gabinetes Norte e Sul, resultam de uma estratégia de descentralização da CPCCRD que, dando cumprimento à memória descritiva da candidatura do Projecto de Capacitação, foram implementados em instalações alugadas em Ermesinde e Beja. Esta descentralização deverá evidenciar o bom desempenho de apoio, integração e capacitação dos dirigentes nacionais, das estruturas descentralizadas e das filiadas, nas respectivas zonas de acção associativa.

Estes Gabinetes são dirigidos por membros da Direcção em conjunto com uma Comissão Permanente alargada com funcionamento regular no apoio aos dirigentes, às estruturas e às filiadas.

Os Gabinetes são apoiados por pessoal técnico e administrativo sob orientação do membro da Direcção e da Comissão Permanente.

6. Projectos Nacionais

Capacitação POISE

Com todas as atividades em execução (8 no total) e sujeito a monitorização e avaliação interna e externa desde a primeira atividade (Conselho Nacional de 9 de dezembro de 2017), o Projeto de Capacitação em curso, universalmente designado como Operação de Capacitação Nº POISE 288, iniciado em 1 de dezembro de 2017, continuará a ser executado (data fim 30 de novembro de 2020).

À data, ou seja, volvidos apenas 11 meses, este projeto, não só já atingiu como superou o seu principal objetivo - a participação de pelo menos 20% dos cerca de 450 DAVs da Confederação Portuguesa das Colectividades) -, encontrando-se ativos na Operação 29% dos dirigentes da CPCCRD.

Projeto inovador e com resultados muito positivos, até julho de 2019 ficará concluída a primeira edição dos Cursos de Estudos Avançados em Gestão e Dinamização Associativa de Lisboa e do Porto em parceria com a Universidade Lusófona. A segunda edição do curso de Estudos Avançados terá início em setembro. Estas iniciativas fazem parte das Atividades 7 e 8.

Ainda em 2019 terá início o primeiro ciclo de Formação por Módulos para DAVs e trabalhador@s da CPCCRD, o qual decorrerá ao longo de todo o ano, com exceção dos meses de julho, agosto e dezembro.

A vertente de internacionalização do Projeto (Atividade 5) será continuada. O 2º Encontro Ibérico Associativo de Cultura prevê-se seja agendado até ao final do mês de junho e acontecerá em Espanha.

Dando, também, seguimento ao trabalho junto das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro (Europa), iniciado em 2018, estão planeadas sessões de trabalho com as associações das comunidades portuguesas residentes na Alemanha, França, Luxemburgo e Suíça. No âmbito desta atividade, em fevereiro, será ainda conhecido o resultado da candidatura apresentada à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, em dezembro de 2018 – Embaixadores do Associativismo.

Até final de janeiro, será entregue o Relatório do Diagnóstico Organizacional (elaborado por uma entidade externa em 2018), o qual apontará os caminhos a seguir para a adequada implementação do processo de desmaterialização da CPCCRD (Atividades 4 e 6).

Salvaguarda dos Arquivos Associativos

A Salvaguarda dos Arquivos Associativos tem merecido um interesse crescente tal como o projecto de criação do Centro Nacional de Documentação Associativa. A escassez de meios humanos, logísticos, financeiros e a falta de instalações adequadas tem protelado a instalação deste projecto tão necessário para a preservação da nossa memória colectiva.

Continuaremos a pugnar pelos três eixos que estão definidos: tratamento e digitalização dos fundos documentais da Confederação; tratamento dos fundos documentais das filiadas centenárias e criação do Manual de Salvaguarda dos Arquivos Associativos que está a ser feito em colaboração com a DGLA/Torre do Tombo.

As adversidades até agora encontradas não podem nem devem fazer com que este projecto não veja a sua implantação efectuada pelo que se continuará a efectuar todos os esforços nesse sentido. Das várias propostas apresentadas ao Governo e aos Grupos Parlamentares da AR, a Salvaguarda dos Arquivos Associativos era uma delas. Esperemos que seja considerada.

Análise Associativa

A Análise Associativa é uma edição da CPCCRD, especializada na temática das associações voluntárias, e que tem vindo a ser publicada, ininterruptamente, desde 2014. É publicada todos os anos em formato livro - depois disponibilizada também em formato eletrónico, no sítio da Internet da CPCCRD.

Em 2019 será publicado o n.º 6 da Análise Associativa, que tem como tema em destaque a questão da governação e sustentabilidade das coletividades de cultura, recreio e desporto.

Publicações

A historiografia nacional sobre o fenómeno associativo é, ainda, bastante incipiente, parcelar e incompleta. O conhecimento sobre o nosso passado, o papel que as associações têm vindo a desempenhar em Portugal nos últimos dois séculos, é um assunto que importa aprofundar.

Para o efeito, propõe-se estabelecer uma parceria com um investigador de pós-doutoramento, com vista à publicação de um estudo historiográfico sobre o movimento associativo no período liberal (1834-1934). Procurar-se-á estabelecer uma parceria com a Fundação Montepio para assegurar os custos com esta publicação.

Revisão da Legislação Associativa

Em 2018, foi apresentado um conjunto de propostas de revisão da legislação associativa quer aos grupos parlamentares da Assembleia da República, quer a vários membros do Governo. Esta é uma matéria sensível e crítica para a vida e trabalho das associações. Em 2019, importa acompanhar os desenvolvimentos deste processo, procurando junto da Assembleia da República e do Governo que sejam tomadas medidas concretas, no plano legislativo, com vista à resolução dos problemas identificados.

Observatório do MAP

Em 2018, foi estabelecido um protocolo com a Universidade Lusófona com vista à criação de um observatório do movimento associativo popular. Além disso, houve ainda contactos com o ISCTE, para que esta Universidade se associe também ao projeto. Estão, assim, criadas condições para que, em 2019, se avance definitivamente para a criação do Observatório do MAP e se estabeleça já um primeiro plano de atividades deste novo organismo.

Desporto para TODOS!

Após as gratificantes experiências das Secções de Caminhada para a Saúde e dos Jogos Tradicionais, importa reequacionar o futuro do projecto “Desporto para TODOS” numa perspectiva de colocar ao serviço das populações, a imensa rede de colectividades do nosso país.

Não se tratando de actividades que promovem a competição mas sim o recreio, a actividade física regular e controlada, a promoção de actividades ligadas à tradição local e à defesa da identidade cultural, à recolha de elementos de estudo e investigação, este projecto terá uma realização/iniciativa nacional em 2019 com vista à definição dos objectivos futuros.

Entretanto, será dada continuidade à divulgação de Jogos Tradicionais Adaptados junto de pessoas com deficiência pelo que faremos parcerias com entidades representativas deste importante sector da sociedade.

EEA Grants

Trata-se de um projecto, promovido pela Fundação Gulbenkian que pretende contribuir para o equilíbrio entre os poderes instituídos (Político, Económico, Social e Cultural); motivar a participação regular e institucional da rede de coletividades de cultura, desporto, recreio e outras associações de cariz/intervenção social na elaboração das políticas públicas; promover uma participação efetiva das coletividades na definição das políticas públicas junto das autarquias, para as áreas da cultura, recreio e desporto legitimando o seu reconhecimento como parceiro social fundamental, junto das entidades que detêm o poder de tomada de decisão e produção de políticas públicas.

Pretende ainda ativar práticas de cidadania junto das comunidades e organizações locais trazendo-as à discussão dos seus interesses e necessidades de forma clara, transparente e responsável, bem como gerar mapas de influência que permitam aumentar o saber-fazer na arte de mudar para melhorar as políticas e práticas de cultura, recreio e desporto.

PEJADA

Pela sua importância estratégica para o movimento associativo, devemos manter a perspectiva de desenvolver o Programa de Emprego de Jovens Associativistas Desempregados Activos (PEJADA) com vista à identificação dos custos e das potencialidades de redução dos mesmos nas áreas de tecnologia, financiamento e energias junto das nossas filiadas.

Este programa tem ainda o objectivo de trazer ao mundo associativo, jovens desempregados que poderão aqui encontrar uma solução de emprego e de desenvolvimento das suas potencialidades profissionais e pessoais.

GERAP

O projecto Geriatria Associativa Preventiva (GERAP) tendo por objectivo identificar as necessidades dos dirigentes e filiados das nossas colectividades com mais de 55 anos para que estes estejam em condições de preparar a saída da vida profissional activa e se dediquem com conhecimento e qualidade à vida associativa.

No fundo, o que se pretende é dar melhores condições técnicas aos dirigentes para desenvolver actividades com os associados com 60 ou mais anos de idade e, como sabemos, são centenas de milhares nas nossas colectividades.

Animar as Zonas Históricas

De acordo com o Plano de acção para o mandato 2016/2019, este projecto Animar Zonas Históricas em parceria com a CPPME, está a dar os primeiros passos para o qual conta com a assessoria de duas colegas na sua estruturação. A experiência piloto da parceria que mobiliza o movimento associativo e os micro, pequenos e médios empresários, deve desenvolver-se no concelho onde existam as melhores condições para tal.

Rotas do Associativismo

O projecto Rotas do Associativismo que tem por objectivo valorizar e dar a conhecer as colectividades e associações mais emblemáticas e diversas do nosso movimento, deve continuar a merecer a nossa atenção e, particularmente, ter início com um projecto-piloto numa região demarcada do território e ser feito o respectivo registo da marca.

7. Relações Institucionais / Estado

Conselho Económico e Social (CES)

A nossa participação neste importante órgão, veio confirmar a importância do MAP na sociedade portuguesa quer como parte relevante da Economia Social, quer por si própria.

A experiência permitiu termos participado na discussão e proposição de 4 importantes instrumentos de gestão nacional: Plano Nacional de Reformas; Conta Geral do Estado.2017; Grandes Opções do Plano.2019; Proposta do Orçamento de Estado.2019.

Em todas elas fomos intervenientes e proponentes. Deixámos a nossa marca nas redações finais dos Relatórios/Pareceres e a Economia Social e as Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto passaram a estar inclusas nestes documentos.

A experiência mostra também que temos que estudar e formar opinião sobre estas importantes matérias pelo que se torna indispensável criar uma Comissão de apoio à Direcção para esta área.

Conselho Nacional da Economia Social (CNES)

O funcionamento do CNES continua a ser da maior importância uma vez que neste órgão têm assento as 8 famílias da Economia Social e se discutem os aspectos mais concretos desta área.

Torna-se necessário, termos reflexão e opinião formada por questões que vão desde a difusa concepção teórica e ideológica ao pormenor de um ou outro projecto em desenvolvimento, ao estatuto desta ou daquela área, ou ainda a uma questão de ordem jurídica como o Estatuto Fiscal da Economia Social tal como está previsto na Lei de Bases da Economia Social.

Nesta, como noutras áreas, é urgente ter apoio de colegas que possam reflectir e contribuir para a construção de soluções a que somos chamados com muita frequência.

Conselho Nacional do Desporto (CND)

Tal como nos casos anteriores, temos necessidade de ter opinião formada sobre as políticas públicas para esta área. Não obstante não sermos uma Confederação Desportiva, pela nossa rede no território e pela nossa experiência na actividade físico-desportiva ligada aos pequenos clubes e associações desportivas, somos chamados a pronunciar-nos sobre todas as matérias e, em particular, no Desporto para Todos.

Precisamos de criar uma Comissão especializada nesta área.

Conselho Nacional da Cultura (CNC)

Está aberta a possibilidade de termos assento numa secção especializada do CNC dedicada especialmente à Cultura Tradicional e Popular.

Questões como as relações com a SPA, Passe música, IGAC e outras entidades poderão ter aqui o seu espaço de debate e de correcção de procedimentos e até de definição de políticas públicas para a cultura tradicional e popular que representamos.

Associação Nacional de Municípios (ANMP)

Sendo uma das entidades com quem mantemos relações há vários anos, não tem sido produtiva, não obstante as nossas várias tentativas e propostas positivas que temos apresentado. Existindo vários assuntos em curso procuraremos reativar os contactos. Áreas que iremos colocar na agenda: Salvaguarda dos Arquivos Associativos; Regularização dos edifícios associativos; Medidas Auto Protecção Contra Incêndios em Edifícios Associativos; Estatuto de Utilidade Pública Municipal; Formação de Dirigentes Associativos; Comemorações do Dia Nacional das Colectividades.

Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE)

Sendo uma situação muito semelhante à que se passa com a ANMP, tudo faremos para restabelecer relações de forma a podermos explorar formas concretas de cooperação e parceria. Áreas que iremos colocar na agenda: Balcão Único do Associativismo; Formação de Dirigentes Associativos; Dia Nacional das Colectividades.

Fórum Álcool e Saúde (FNAS)

Dando continuidade ao projecto que visa prevenir os riscos de alcoolismo nas nossas colectividades, vamos dar corpo a estes objectivos, cumprindo os compromissos assumidos no âmbito da nossa participação do Fórum Nacional Álcool e Saúde.

8. Relações Institucionais / Parceiros sociais

Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES)

Tendo a nossa Confederação estado na génese desta importante instituição, ocupamos o cargo de Presidente do Conselho Fiscal no seguimento do convite que nos foi feito e que resultou da primeira eleição havida. Temos ainda 3 Delegados na Assembleia Geral tal como preveem os Estatutos da CPES.

Sendo uma entidade constituída por vontade das 8 famílias da economia Social, devemos dar o nosso contributo para o seu funcionamento e para a sua intervenção qualificada. Por isso demos conta das nossas propostas para o OE.2019 quer no prazo destinado ao Governo como no prazo destinado aos Deputados da AR ou ainda em sede de CES.

Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV)

Tal como no caso anterior, fomos cofundadores desta importante entidade que representa todo o voluntariado a nível nacional. Ocupamos o cargo de Presidente do Conselho Fiscal e temos uma Delegada na Assembleia Geral. Devemos por isso continuar a dar o nosso apoio à divulgação das iniciativas da CPV e participar sempre que solicitados e nos seja possível.

Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais (FPJT)

Sendo nós a entidade que fundou esta Federação e pela relação de grande proximidade, não obstante ser independente, manteremos a nossa representação na Direcção com uma Vogal e um elemento no Conselho Técnico.

Manteremos a disponibilidade para apoiar em termos de espaço físico para reunirem quando necessário, apoio administrativo, técnico e logístico.

Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC)

Com a realização do Encontro Nacional da Paz – pela Paz todos não somos demais, onde participámos na coorganização e apresentámos a Declaração “Vamos abrir as portas à PAZ!” com objectivos concretos, reforçaram-se as razões da nossa ligação a esta importante frente pelo que continuaremos a dar a nossa contribuição na sensibilização dos dirigentes e associativistas, através da promoção de iniciativas conjuntas que defendam a Paz e a cooperação entre os Povos, tal como está estipulado nos nossos Estatutos.

Movimento Erradicar a Pobreza (MEP)

Porque continuam a existir bolsas de pobreza mesmo entre os que têm trabalho, não podemos deixar de apoiar esta frente de sensibilização e reivindicação que está criada a nível nacional.

Mais do que as medidas remediativas que aqui ou ali vão sendo adoptadas, é necessária uma verdadeira política de prevenção da miséria que passe por pôr em causa o sistema de exploração existente. Cada um dos nossos dirigentes e dos nossos filiados deverá contribuir para a transformação social que tanto temos apelado.

9. Relações Internacionais

Embaixadores Associativos

Prosseguindo as relações com o Conselho das Comunidades Portuguesas, iremos apresentar uma candidatura que visa essencialmente os portugueses e suas comunidades disseminadas pelo Mundo. Terá o apoio e colaboração da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas e terá como objectivos, entre outros: promoção e valorização da cidadania, defesa da identidade cultural e igualdade de género. Será desenvolvida em conjunto com Associações de Portugueses no estrangeiro e que terá como o título genérico "Embaixadores Associativos".

Federação Espanhola de Agrupamento de Folclore (FEAF)

No seguimento das nossas relações com a FEAF, foram definidas vários objectivos que estão a ser levados a cabo. Continuaremos a pugnar por essa relação que tantos frutos já deu e reforçaremos as nossas relações através do convite à sua participação nas nossas iniciativas principais.

Continuaremos a trabalhar para sensibilizar os nossos colegas das colectividades da região de “fronteira” para a realização de iniciativas conjuntas e troca participação de actividades; recolha de elementos etnográficos de ordem cultural que possam ser objecto de candidatura a Património Imaterial da Humanidade da UNESCO e na preparação do 2º Encontro Ibérico de Associativismo Popular que será em 2019 em Espanha.

Sem prejuízo de outros contactos e relações que vimos estabelecendo em função das iniciativas de várias instituições como a CPLP ou a Comunidade de Países Ibero Americanos, manteremos o princípio de relacionamento da nossa Confederação com o Mundo Associativo na diáspora e com todas as entidades que de alguma forma nos são comuns.

A Direcção

Lisboa, 19 Novembro 2018